



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TutPrv no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181209 - MG (2021/0223460-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
REQUERENTE : ALEXANDRE COSTA PEDROSA
ADVOGADOS : ANA AMELIA FERREIRA MORAIS CALDEIRA - MG174617
DIEGO DIMAS BASILIO DE ALMEIDA - MG173095
REQUERIDO : JOSE CARLOS PIMENTA
ADVOGADOS : HUMBERTO DIAS REIS - MG064749
GERALDO DE FREITAS MOURÃO JÚNIOR - MG112903
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA EMPRESARIAL DE BELO
HORIZONTE - MG
SUSCITADO : JUÍZO DA 10A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE -
MG

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela de urgência incidental formulado por ALEXANDRE COSTA PEDROSA.

Insurge-se o peticionante contra os valores obtidos no leilão realizado no dia 21/7/2021 no Juízo do Trabalho ora suscitado, defendendo a competência do Juízo Universal da Recuperação Judicial para a praça do imóvel conforme as normas da Lei 11.101/2005.

Apresenta os seguintes argumentos (fls. 158-159):

No que concerne a probabilidade do direito, como restou exaustivamente demonstrado pelo Suscitante, caso seja mantida os efeitos do leilão realizado no dia 21/07/2021, nos termos das decisões proferidas pelo D. Juízo Especializado do Trabalho, restarão violados os seguintes dispositivos, que regulam a realização do ativo no procedimento falimentar:

Violação do art. 142, §3º-A, da Lei 11.101/2005, em decorrência da realização do ativo em valor inferior ao mínimo da avaliação do bem em primeira chamada (art. 142, §3-A, da Lei 11.101/2005);

Violação do art. 22, inciso III, alíneas “g” e “h” da Lei 11.101/2005, em decorrência da avaliação do bem por profissional sem qualidade técnica para tanto;

Violação do art. 142, §7º, da Lei 11.101/2005, em decorrência da ausência de prévia intimação do Ministério Público e das Fazendas Públicas para exercício do controle de fiscalização;

Violação do art. 143, da Lei 11.101/2005, por supressão da garantia ao contraditório dos credores, do devedor e do Ministério Público.

Não há dúvidas, pois, acerca da presença da probabilidade do direito, visto que diversos dispositivos da Lei 11.101/2005, que regulam a realização do ativo falimentar, foram diretamente violados com a realização do leilão do imóvel perante juízo incompetente.

O periculum in mora, por sua vez, está demonstrado diante do risco que os credores assumem com a realização de praça do imóvel em valores significativamente inferiores ao de avaliação, cuja própria avaliação também é questionável, por inobservância dos procedimentos legais.

E mais que isso: sequer é possível saber se, com a alienação do imóvel em valor significativamente inferior ao da avaliação, os credores receberão a integralidade dos seus créditos, ou, se terão que assumir os prejuízos da realização da praça do imóvel nos moldes apresentados.

Nesse espeque, a concessão da tutela de urgência antecipada é a medida que se impõe, para fins de determinar a suspensão dos efeitos do leilão realizado no dia 21/07/2021, até ulterior deliberação do MM. Ministro Relator, acerca da competência do Juízo para decidir acerca das medidas expropriatórias.

Postula "a concessão da tutela antecipada de urgência, para fins de que seja determinada a nulidade dos efeitos do leilão realizado no dia 21/07/2021, do imóvel constituído pela casa situada na Rua Salomão de Vasconcelos, n. 20, Bairro Mangabeiras, Belo Horizonte/MG, Lote n. 10 (dez) da quadra n. 12 (doze), registrada no Cartório do 02º. Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, sob a matrícula 13.089, até ulterior deliberação do MM. Ministro Relator acerca da competência definitiva do Juízo Competente para realização dos atos de expropriação e disposição de bens" (fl. 159)

É, no essencial, o relatório. Decido.

O pedido de nulidade dos efeitos do leilão realizado no dia 21/7/2021 não é da competência deste Superior Tribunal de Justiça. Com efeito, conforme decisão anterior neste conflito, o Juízo da Recuperação Judicial já foi designado para apreciação das questões urgentes.

Por outro lado, observo que a decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial acerca da nulidade do leilão em debate, não foi trazida aos autos. Todavia, a própria suscitante informa que requereu perante o Juízo da recuperação judicial a obstrução da realização do leilão judicial previsto para o dia 21/7/2021, o que foi indeferido nos seguintes termos:

3. Dessa forma, considerando que o Exmo. Ministro permitiu expressamente que fosse realizado o leilão, mantendo-se, no entanto, os valores constrictos, não há como acatar o pedido, sob pena de

descumprimento de ordem superior.

4. No que se refere à permissão de alienação do imóvel por valor inferior a 30% da avaliação, não verifico quaisquer nulidades, em virtude da nova regra prevista no §3º-A, do art. 142 da Lei nº 11.101/2005, que permitiu a venda dos bens arrecadados em processos falimentares por qualquer preço, em terceira chamada.

5. Isso posto, indefiro o pedido.

6. Outrossim, considerando este Juízo foi nomeado para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes, determino a expedição de ofício à 10ª Vara do Trabalho desta capital para solicitar a transferência do ativo arrecadado com a venda do imóvel para uma conta judicial vinculada aos autos da falência, impedindo-se qualquer levantamento até decisão do STJ. (fl. 152).

Assim, conforme informações da própria peticionária, o Juízo da Recuperação Judicial já decidiu acerca da validade do leilão judicial realizado na Justiça do Trabalho, indeferindo o pedido de nulidade postulado.

Por fim, os efeitos do leilão já estão suspensos, em razão também da anterior decisão neste conflito de competência (fls. 141-144) que determinou o bloqueio dos valores arrecadados até ulterior deliberação do relator.

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência